

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE
INFORMAÇÃO PARA PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de conclusão de Curso submetido ao departamento de Ciências Contábeis, do Centro Sócio Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

**Acadêmico: ANDERSON PEREIRA
Orientador: Prof. NIVALDO JOÃO DOS SANTOS**

Florianópolis - SC

1998

A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA PEQUENAS EMPRESAS


AUTOR: ACADÊMICO ANDERSON PEREIRA

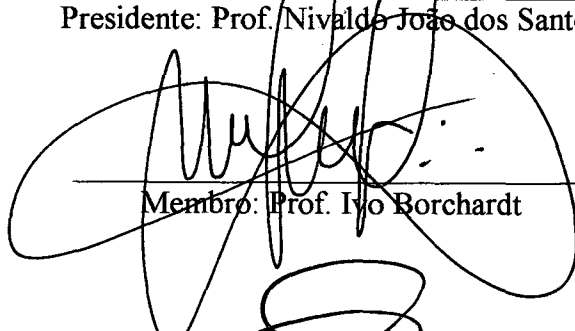
Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 8,5... atribuída pela banca constituída pêlos professores abaixo nominada.

Florianópolis, 22 de março de 1999.


Prof.^ª. MARIA DENIZE HENRIQUE CASAGRANDE
Coordenadora de Monografia do CCN

Professores que compuseram a banca:


Presidente: Prof. Nivaldo João dos Santos


Membro: Prof. Ivo Borchardt


Membro: Prof. Loreci João Borges

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado o direito a vida.

Aos meus pais, os quais, sempre lutaram dignamente pela minha educação, transmitindo, ao longo da minha vida, amor, afeto e carinho.

Aos meus familiares e amigos, os quais privei a presença e atenção, agradeço pelo incentivo e apoio recebido durante esses anos.

Aos Professores do curso, que contribuíram para a minha formação acadêmica, em especial ao Professor Nivaldo, pela dedicação e interesse na orientação deste trabalho.

Aos funcionários do departamento e coordenação do curso, pela disposição no atendimento ao longo da minha formação.

Aos funcionários do SEBRAE, pela atenção e fornecimento de material, o qual contribui sobremaneira no desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, o meu sincero agradecimento, pelos anos de aprendizagem, de luta e alegria, que compartilhamos juntos.

Enfim, todas as pessoas, que de um modo ou de outro, contribuíram ao longo desses anos pela minha formação acadêmica.

*“Se não houver frutos,
valeu a beleza das flores.
Se não houver flores,
valeu a sombra das folhas.
Se não houver folhas,
valeu a intenção da semente.”*

(Henfil)

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

1.1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
1.1.2	PROBLEMA.....	11
1.1.3	OBJETIVOS.....	11
1.1.4	ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	12
1.2	METODOLOGIA.....	13
1.2.1	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	13
1.2.2	METODOLOGIA APLICADA.....	14
1.2.3	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	14

CAPÍTULO II

2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	15
2.1	A PEQUENA EMPRESA.....	15
2.1.2	O CONCEITO DA PEQUENA EMPRESA.....	16
2.2	SISTEMAS – CONCEITOS E DEFINIÇÕES.....	17
2.2.1	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	18
2.2.2	SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	20
2.3	A INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	22
2.3.1	PLANO DE CONTAS.....	23
2.3.2	LIVROS CONTÁBEIS.....	23
2.3.2.1	LIVRO DIÁRIO.....	24
2.3.2.2	LIVRO RAZÃO.....	24
2.3.3	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	24
2.3.3.1	BALANÇO PATRIMONIAL.....	25
2.3.3.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO.....	29
2.3.3.3	DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS.....	31
2.3.3.4	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	32
2.3.3.5	DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS.....	32
2.3.3.6	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA.....	33

CAPÍTULO III

3.1	A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NAS PEQUENAS EMPRESA.....	34
3.2	A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A PEQUENA EMPRESA.....	35
3.3	O AUXÍLIO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DECISÓRIO.....	37
3.3.1	ÍNDICES DE LIQUIDEZ.....	38
3.3.2	ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO.....	40
3.3.3	ÍNDICES DE RENTABILIDADE.....	42
	CONCLUSÃO.....	45
	BIBLIOGRAFIA.....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Quadro com o critério de classificação do porte das empresas por número de empregados e ramo de atuação, adotado pelo SEBRAE.....	17
Figura 2 – Sistema Empresa.....	18
Figura 3 – Modelo simplificado de um sistema de informação.....	19
Figura 4 – Modelo simplificado de um sistema de informação contábil.....	21
Figura 5 – A contabilidade como sistema de informação.....	36
Figura 6 – As demonstrações contábeis como banco de dados para informações Contábeis.....	38

RESUMO

Quem administra está a todo momento tomando decisões, e o risco no processo decisório é grande quando não se tem informações claras e precisas. Assim a geração de informações com qualidade, atualizadas é de suma importância na coordenação, planejamento e controle de qualquer empresa.

Este trabalho visa demonstrar que a contabilidade pode ser utilizada pelos administradores das pequenas empresas como um sistema de informações e que as informações fornecidas pela contabilidade são de grande importância no auxílio da gestão administrativa.

O trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte cabe a introdução do trabalho, na qual procurou-se demonstrar algumas considerações iniciais sobre o assunto abordado, apresentando a justificativa do trabalho e definindo o problema e os objetivos traçados para o mesmo. Em seguida é apresentado a metodologia utilizada no trabalho.

Na Segunda parte, apresentou-se o referencial teórico, com ênfase nas pequenas empresas, nos sistemas de informações e as informações fornecidas pela contabilidade, principalmente as demonstrações contábeis.

No último capítulo, foi evidenciado primeiramente, a importância da contabilidade para as pequenas empresas, tanto no aspecto legal, como no aspecto gerencial. Após é apresentado a contabilidade como sistema de informação para as pequenas empresas. Finalmente, é abordado as informações contábeis, com ênfase nos indicadores econômicos e financeiros, extraídos das demonstrações contábeis, auxiliando os administradores das pequenas empresas no processo decisório e na gestão administrativa.

CAPÍTULO I

1.1 INTRODUÇÃO

Nesta seção são feitas algumas considerações iniciais sobre o assunto abordado, apresentando a justificativa do trabalho, e a importância da informação contábil no processo decisório. Em seguida serão definidos o problema e os objetivos a serem alcançados. Por fim, será evidenciado a organização do estudo.

1.1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ciência contábil é uma das ciências mais antigas que se conhece, CREPALDI (1995; p. 19), relata que “ segundo alguns historiadores, há mais de 2000 anos, já se refletia acerca de uma ciência que controlaria a riqueza.”

Há tempos atrás, a contabilidade era somente assunto para contador, criando-se o mito de que a contabilidade gerava somente informações para a própria contabilidade. No decorrer dos últimos anos esse pensamento foi ultrapassado.

Com toda a transformação que o mercado vem sofrendo, tais como: globalização, avanço tecnológico, aumento da concorrência, exigências por parte dos clientes com prestação de serviços e vendas de produtos com maior qualidade e preços competitivos. Essas transformações estão afetando todo tipo de organização, principalmente as pequenas empresas, que tem um papel fundamental na economia mundial e principalmente na economia brasileira.

Ultimamente, essas empresas deixaram de ser vistas apenas como peças importantes para gerar empregos e melhorar a distribuição de renda, para serem consideradas instrumentos do próprio desenvolvimento nacional.

O cenário exige novas competências e, para a sobrevivência dessas empresas, não há espaço para improvisações e para decisões intuitivas.

1.1.2 PROBLEMA

A contabilidade, universalmente conhecida como a ciência da informação, orienta e registra atos e fatos de uma administração econômica, traduzindo em valores monetários os objetivos alcançados por pessoas físicas e jurídicas.

Segundo CREPALDI (1995; p.20), “A contabilidade é um instrumento da função administrativa que tem como finalidade:

- controlar o patrimônio das entidades;
- apurar o resultado das entidades;
- prestar informações sobre o patrimônio, sobre o resultado das entidades aos diversos usuários das informações contábeis.”

Neste sentido, nota-se o quanto a contabilidade é importante, principalmente, em empresas de pequeno porte, pois suas informações auxiliam empresários/administradores nas tomadas de decisões.

Um outro aspecto relevante na utilização das informações contábeis por estas empresas, é a confiança e agilidade no processo decisório e administração destas empresas.

Neste contexto, a problemática consiste em demonstrar quais informações contábeis são necessárias aos administradores de pequenas empresas no auxílio de sua gestão.

1.1.3 OBJETIVOS

- **Geral** - O objetivo geral deste trabalho, consiste em expor a importância da utilização das informações contábeis pelas pequenas empresas.
- **Específicos** - Com relação aos objetivos específicos pretende-se o seguinte:
 - caracterizar e definir pequenas empresas;
 - identificar as informações que podem ser geradas pela contabilidade;
 - definir sistema de informações;
 - demonstrar a importância da contabilidade como sistema de informações para as pequenas empresas.

1.1.4 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

No intuito de facilitar o entendimento, este trabalho está dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo é composto pela introdução e metodologia da pesquisa, portanto, subdividido em duas partes. Na primeira parte são feitas as considerações iniciais sobre a pesquisa identificando o problema e demonstrando os objetivos a serem alcançados, bem como a organização do presente estudo. Na segunda parte é apresentada a metodologia que orientará o trabalho e em seguida as limitações inerentes à pesquisa.

O segundo capítulo está subdividido em três seções, a primeira abordando as características e conceitos das pequenas empresas, em seguida são apresentadas algumas definições de sistemas e sistemas de informações. Na última seção são evidenciadas as informações fornecidas pela contabilidade e algumas definições de sistema de informação contábil.

O terceiro capítulo está composto por quatro seções. Na primeira é exposto a participação das pequenas empresas na economia brasileira e algumas dificuldades enfrentadas por estas empresas. Na Segunda seção é evidenciada a importância da contabilidade nas pequenas empresas. Em seguida, apresenta-se a contabilidade como sistemas de informação para as pequenas empresas. Na última seção são abordadas as informações que auxiliam no processo decisório e na gestão administrativa das pequenas empresas.

Por fim, é apresentada a conclusão, em seguida, a bibliografia utilizada na elaboração do presente trabalho.

1.2 METODOLOGIA

Esta seção está dividida em três partes. Na primeira, são apresentadas algumas definições sobre monografia e como surgiu o assunto deste trabalho. Na segunda seção é apresentada a metodologia aplicada. Na última seção evidencia-se as limitações da pesquisa.

1.2.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

A monografia, de acordo com FARINA *apud* SALVADOR (1980; p. 32), “é um estudo científico de uma questão bem determinada e limitada, realizada com profundidade e de forma exaustiva.” Segundo SALOMON *apud* SALVADOR (1980; p. 32), “é o tratamento escrito de um tema específico que resulta da investigação científica com o escopo de apresentar uma contribuição relevante ou original e pessoal à ciência.” Segundo SALVADOR (1980, pág.32), os trabalhos monográficos apresentam as seguintes características:

- “a) A redução da abordagem a um só assunto, a um único problema particular;*
- b) É um estudo pormenorizado no tratamento: trata exclusivamente de um único assunto, desenvolvendo-o exaustivamente em todos os seus aspectos e ângulos. É um estudo limitado em extensão, mas exaustivo e completo na compreensão e profundidade;*
- c) Resulta da investigação científica, feita em documentação escrita ou por observação e experimentação, seguindo rigorosamente a metodologia própria de cada ciência;*
- d) Apresenta uma contribuição original ao processo da ciência, quer em termos de sistematização de conhecimentos, quer em termos de novas descobertas ou de novos inventos.”*

Diante do exposto, notamos que a monografia é um trabalho científico que aborda um só assunto ou um único problema particular.

Segundo SALVADOR (1980; p. 44), “selecionar um assunto implica a dupla tarefa de eliminar temas por qualquer razão preteríveis, e de fixar-se naquele que, observados os devidos critérios, merece prioridade.” No caso desta monografia, o tema surgiu em decorrência da grande dificuldade que as pequenas empresas tem de manterem-se no mercado.

1.2.2 METODOLOGIA APLICADA

Com o intuito de alcançar o objetivo principal deste trabalho, que é o de mostrar a importância da contabilidade como um sistema de informações para auxiliar na gestão das pequenas empresas, várias etapas deverão ser cumpridas.

Cabe ressaltar que o trabalho foi executado através de pesquisa exploratória de caráter bibliográfico.

Inicialmente, foi coletado e analisado o material bibliográfico que envolve o tema da pesquisa disponível na biblioteca da UFSC, também, foram necessárias visitas ao SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), a fim de verificar a relação atual das pequenas empresas com a contabilidade.

Neste sentido, com os conteúdos teóricos, pretende-se expor a importância da utilização da contabilidade como sistema de informações, auxiliando os pequenos empresários e administradores no processo decisório e na gestão administrativa.

1.2.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Neste trabalho, pretende-se demonstrar a utilização da contabilidade como sistema de informações, aplicável às pequenas empresas. Em função da natureza do estudo, esta pesquisa tem limitações de caráter temporal e os resultados obtidos aplicam-se somente a este tipo de empresa.

CAPITULO II

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para uma melhor compreensão do estudo, a revisão bibliográfica está dividida em três partes. Primeiramente, pretende-se conceituar as pequenas empresas, após são apresentados algumas definições de sistemas de informações e sistemas de informação contábil. Por último, demonstra-se as informações geradas pela contabilidade que servem como sistemas de informações para as pequenas empresas.

2.1 A PEQUENA EMPRESA

O assunto pequena empresa vem sendo discutido com grande interesse nos últimos anos, pois essas empresas desempenham um papel fundamental na economia brasileira.

O segmento econômico denominado micro e pequenas empresas, envolve um universo cuja a dimensão e complexidade adquire proporções gigantescas no cenário nacional. Segundo RAMOS e FONSECA (1995; p. 35), estas empresas “constituem 98% dos estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços do país, que respondem por 43% do PIB (Produto Interno Bruto), pagam 42% dos salários, e empregam 59% dos brasileiros.”

A estimativa em relação à quantidade destas empresas descrita por RAMOS e FONSECA (1995; p. 13), até o final deste século, é de que podem chegar, no Brasil a mais de 5 (cinco) milhões de pequenas empresas em funcionamento, gerando um incremento da ordem de dois milhões de auto empregos neste período, justificando todos os esforços do governo e da sociedade na sua capacitação e desenvolvimento. Estes números segundo CÂNDIDO (1998; p. 15), mostram que “as pequenas empresas fazem parte da principal força motriz do desenvolvimento de um país, seja ela mais ou menos desenvolvida.”

Percebe-se, que apesar de um grande número de pequenas empresas, muitos são os problemas enfrentados por estas organizações para se manterem no mercado. Uma

das maiores dificuldades são os problemas gerenciais, sendo um fator limitante para o crescimento dessas empresas.

A defasagem tecnológica e gerencial em que se encontra a maioria das pequenas empresas é muito grande. Uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e descrita por RAMOS e FONSECA (1995; p. 25), junto a 1.000 (um mil) pequenas empresas em 1990, localizadas em todos os estados e representativas de vários setores, revelou grande parte as dificuldades enfrentadas por elas:

- 40% não utilizavam o planejamento de produção;
- 50% não utilizavam o planejamento de vendas;
- 45% não utilizavam sistema de apuração de custos;
- 47% não utilizavam sistema de controle de estoque;
- 90% não utilizavam recursos de informática.

2.1.1 O CONCEITO DA PEQUENA EMPRESA

Apesar da grande discussão em torno das pequenas empresas, poucas são as pessoas que conseguem definir e entender o seu conceito. Para CÂNDIDO (1998; p. 05), “até mesmo em vários países e em suas instituições internas, é comum a variedade de critérios para a sua classificação, isto se deve ao fato de que a definição pode variar conforme interesses específicos”. A definição precisa da pequena empresa tem sido propósito perseguido, sem êxito, por quase todas as nações que tratam o assunto com a seriedade que merece.

Os critérios mais comuns para a definição de pequena empresa envolvem desde o faturamento, o número de empregados, o capital, as vendas, etc. Na Alemanha, descrita por RAMOS e FONSECA (1995; p. 94) “a definição de pequena empresa é estabelecida pelo número de empregados, é considerada Pequena Empresa aquela que tem menos de 100 (cem) empregados. Nos Estados Unidos, uma empresa é definida como pequena “quando tem 500 (quinhentos) ou menos funcionários, esteja em busca do lucro, e não domine o seu setor” é descrito por JURAN e GRZYNA (1991; p. 21). Entretanto, é importante destacar, que em ambiente de modernas tecnologia, somente o número de empregados não é suficiente para caracterizar a pequena empresa, pois uma empresa de

grande porte pode funcionar com número reduzido de empregados.

No Brasil, oficialmente, está em vigor a Lei número 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que define, para seus fins, micro empresas como sendo “a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)” e empresa de pequeno porte como a “pessoa jurídica que tenha auferido, no ano calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais)”.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), para o enquadramento destas empresas na utilização da maioria de seus produtos e serviços, classifica-as para efeito de simplificação, pelo número de empregados, tendo, porém, uma classificação diferente para empresas de comércio e serviço em relação às empresas industriais, conforme figura 1.

Figura 1 – Quadro com o critério de classificação do porte das empresas por número de empregados e ramo de atuação, adotado pelo SEBRAE.

PORTE	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	PREST. SERVIÇOS
Micro	01 – 19	01 – 09	01 - 09
Pequena	20 – 99	10 – 49	10 - 49
Média	100 – 499	50 – 99	50 – 99
Grande	Acima de 500	Acima de 100	Acima de 100

Fonte: LANDMANN (1998; p. 51).

2.2 SISTEMA – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

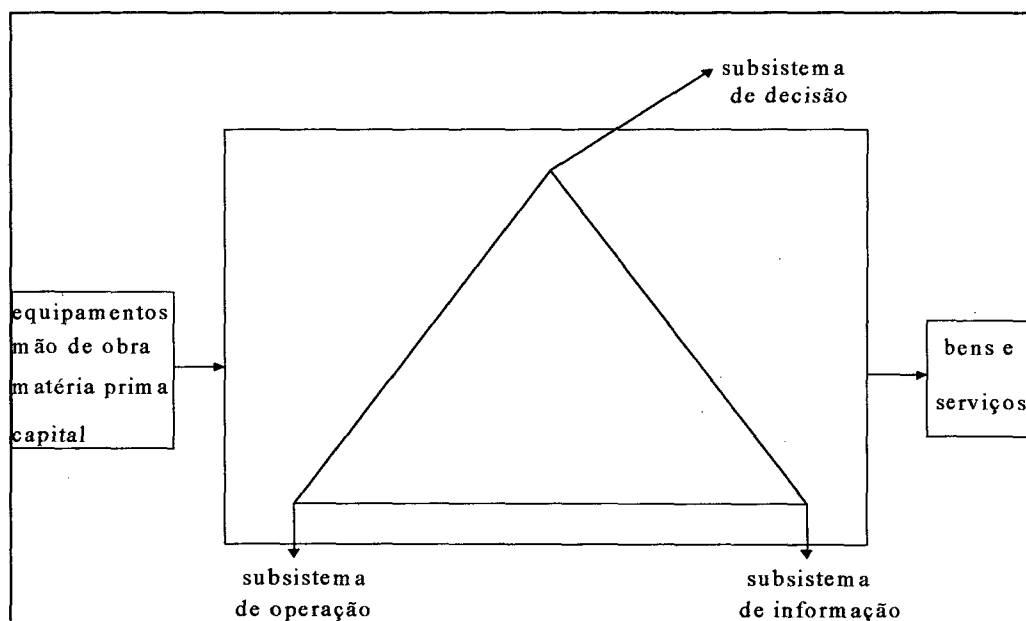
Atualmente, muito se tem falado a respeito de sistema, segundo CAUTELA e POLLONI (1992; p. 15). “Sistema é um conjunto de elementos independentes em interação, com vistas a atingir um objetivo.”

BIO (1985; p. 18), considera que “o sistema pode ser compreendido como um conjunto de partes em constante interação, constituindo um todo orientado para determinados fins, e que pode ser composto por vários sub-sistemas (também conjunto de partes interdependentes, que se relacionam entre si, compondo um sistema maior).”

Para GIL (1995; p. 13), “o sistema é definido como uma entidade composta de dois ou mais componentes ou sub-sistemas que interagem para atingir um objetivo comum.”

Como exemplo de sistema podemos utilizar uma empresa, como demonstrado na figura 2.

Figura 2: Sistema Empresa.



Fonte: CAUTELA e POLLONI (1992; p. 19).

2.2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Um sistema de informações devidamente estruturado e integrado, é de fundamental importância para o auxílio no processo decisório e na gestão administrativa.

Segundo CAUTELA e POLLONI (1992; p. 23), sistema de informação, “é um conjunto de elementos interdependentes (sub-sistemas), logicamente associados, para que sua interação sejam geradas informações necessárias à tomada de decisões. Portanto, seu objetivo é gerar informações para a tomada de decisões.”

Ainda, CAUTELA e POLLONI (1992; p. 23), descrevem que um sistema de informação deve ser elaborado de modo que as informações por ele propiciadas tenham as seguintes características:

“clara – apresentar o fato com clareza, não o mascarando entre os fatos acessórios;

precisa – a informação deve ser de um alto padrão de precisão;

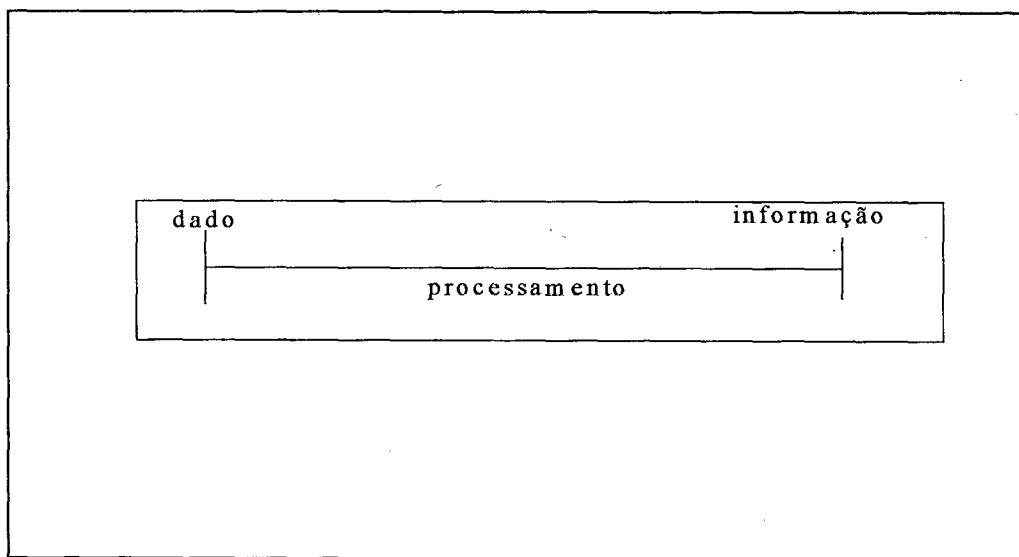
rápida – chegar ao ponto de decisão em tempo hábil para que surta efeito na referida decisão. Uma informação pode ser muito clara e precisa, mas, se chegar atrasada ao momento da decisão, já perdeu sua razão de ser.

dirigida – a quem tenha necessidade dela e que irá decidir com base nessa informação.”

Para GIL (1995; p. 14) “sistemas de informações compreendem um conjunto de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros agregados segundo uma seqüência lógica para o processamento dos dados e a correspondente tradução em informações.” Ainda GIL (1995; p.14) “um sistema de informações tem de trabalhar dados para produzir informações.

- *dado* – é a matéria prima com que o sistema de informações vai trabalhar;
- *informação* – é o produto final do sistema de informações e deve ser apresentado em forma, prazo e conteúdo adequados ao usuário.”

Figura 3: Modelo simplificado de um sistema de informação.



Fonte: GIL (1995; p.13).

As tarefas/atividades de transformações dos dados em informações compreendem o processamento que deve incorporar a características de seqüência lógica em face do interesse existente de otimização dos sistemas de informações. Para a consecução, materialização, caracterização e operacionalização de sistemas de informações, devemos conceituar segundo GIL (1995; p.13-14):

***“Recursos Humanos:** profissionais que constroem, atuam e utilizam sistemas de informações;*

***Recursos Materiais:** equipamentos, insumos, instalações que sustentam e permitem a viabilização dos sistemas;*

***Recursos Tecnológicos:** atividades que dinamizam o processo sistêmico. Podem ser vistos como a principal características de diferenciação entre recursos materiais, já que a tecnologia agregada é um dos fatores referenciais para distinguirmos a natureza da qualidade tanto de recursos humanos quanto de recursos materiais integrantes de um sistema;*

***Recursos Financeiros:** qualificação dos outros três recursos segundo o denominador comum moeda.”*

2.2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Para que a informação contábil seja usada no processo de administração, “é necessário que essa informação contábil seja desejável e útil para as pessoas responsáveis pela administração da entidade.” PADONEZE (1994; p. 33).

Dentro de qualquer empresa, frequentemente os administradores estão tomando decisões, muitas dessas vitais para o sucesso do negócio. Por isso, há necessidade de dados, de informações corretas, de subsídios que contribuam para uma boa tomada de decisões.

Segundo MARION (1990; p. 29), “a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões.”

Segundo CREPALDI (1995; p. 22), “a contabilidade é uma ciência concebida para coletar, registrar, resumir e interpretar dados e fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade.”

* **Entidades** – “podem ser pessoas físicas, de finalidades não lucrativas, empresas ou pessoa de Direito Público.” CREPALDI (1995; p. 22). Segundo MARION (1990; p. 40), “qualquer indivíduo, empresa, grupo de empresas, que efetue movimentações quantificáveis monetariamente, desde que haja necessidade de manter contabilidade, será tratada como uma entidade contábil.”

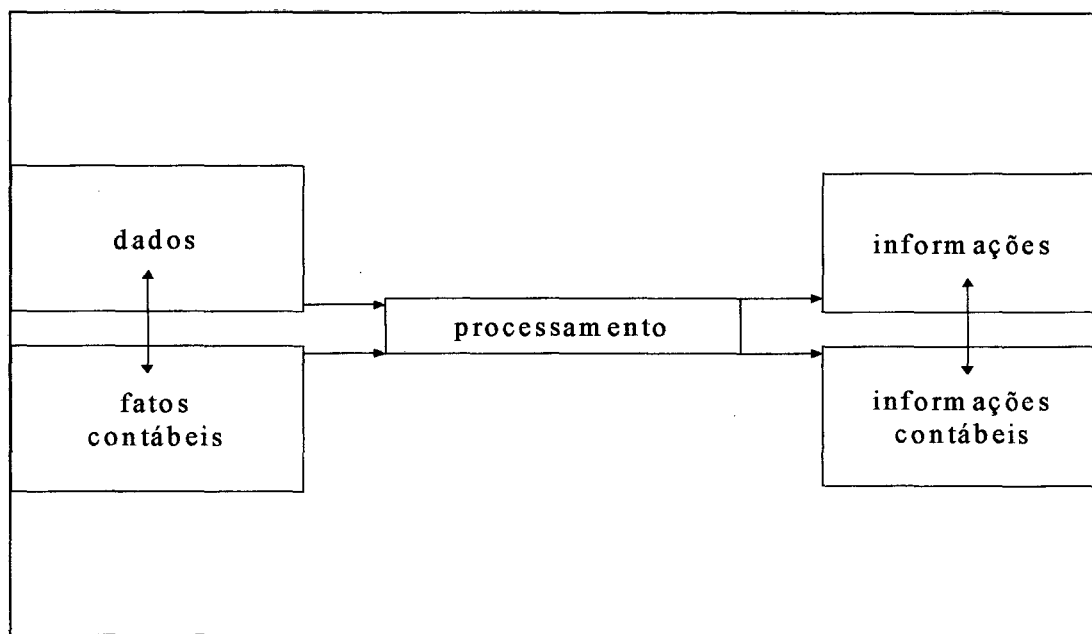
* **Patrimônio** – “é um conjunto de valores econômicos.” CREPALDI (1995; p. 22).

* **Controle** – “é o acompanhamento das atividades da organização. Através dele, o administrador observa se o comportamento da organização está de acordo com os planos traçados.” CREPALDI (1995; p. 22). Para IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 26), Controle “é um processo pelo qual a administração se certifica, na medida do possível, de que a organização está agindo de conformidade com os planos e políticas traçados pela administração.”

* **Planejamento** – “é o conjunto de linhas de ação e a maneira de executá-las para alcance dos objetivos.” CREPALDI (1995; p. 22). Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 26), “planejamento consiste no processo de decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro.”

Uma empresa pode determinar qual o curso a seguir do controle e observar se o planejamento traçado está sendo cumprido. A contabilidade, dentro do sistema de informações da empresa, auxilia sobremaneira na geração de informações para o planejamento e controle das atividades e, por conseguinte, sua estrutura, quer seja apresentação das informações, quer seja o registro e a avaliação, deverá atender a essa finalidade.

Figura 4: Modelo simplificado de um sistema de informação contábil.



Fonte: Adaptado de GIL (1995; p. 17).

2.3 A INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação clara e objetiva é o produto final de um sistema de informação, sendo assim a informação contábil deve ser exposta na forma mais clara e compreensível ao usuário a quem se destine, pois sendo o produto final do sistema contábil, deve auxiliar os gestores no processo decisório.

A NBC T 1 (NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE), descreve as características da informação contábil:

DO CONCEITO E CONTEÚDO

“A Contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio, busca, por meio da apreensão, da quantificação, da classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo patrimônio da Entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos, quanto monetários.

As informações geradas pela Contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a Entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, notas explicativas, mapas, pareceres, laudos, diagnósticos, descrição críticas ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação.”

DOS ATRIBUTOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

“A informação contábil deve ser, em geral e antes de tudo, veraz e equitativa, de forma a satisfazer as necessidades comuns a um grande número de diferentes usuários, não podendo privilegiar deliberadamente a nenhum deles, considerando o fato de que os interesses destes nem sempre são coincidentes.

A informação contábil, em especial aquela contida nas demonstrações contábeis, notadamente as previstas em legislação, deve propiciar revelação suficiente sobre a

Entidade, de modo a facilitar a concretização dos propósitos do usuário, revestindo-se entre os quais são indispensáveis os seguintes:

- *confiabilidade;*
- *tempestividade;*
- *compreensibilidade;*
- *comparabilidade.*”

2.3.1 PLANO DE CONTAS

O Plano de Contas é a estrutura básica da escrituração contábil, pois é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para a geração de todos os relatórios e livros contábeis. Segundo MARION (1990; p. 150), o Plano de Contas “é o agrupamento ordenado de todas as contas que serão utilizadas pela contabilidade dentro de determinada empresa. Portanto, o elenco de contas considerado é indispensável para os registros de todos os fatos contábeis.”

Cada empresa, de acordo com sua atividade e seu tamanho, terá o seu próprio Plano de Contas. Para MARION (1990; p. 150), “Na formulação do Plano de Contas, deverão constar as contas que serão movimentadas pela contabilidade em decorrência das operações da empresa ou, ainda, contas que, embora não movimentadas, no presente, há uma boa perspectiva de utilizá-las no futuro.”

2.3.2 LIVROS CONTÁBEIS

Os livros contábeis para as pequenas empresas são, o livro diário, o livro razão e os chamados livros auxiliares, que são obrigatórios perante o fisco como:

- Livro Caixa;
- Livro de Inventário;
- Livro de Entrada e Saída de Mercadorias;
- Livro de Registro de Prestação de Serviço.

2.3.2.1 LIVRO DIÁRIO

O livro diário registra todos os fatos contábeis que afetam o patrimônio da empresa, em ordem cronológica de dia, mês e ano, podendo contar com livros auxiliares para registrar operações específicas ou a movimentação de determinadas contas.

Segundo MARION (1990; p. 225), “o livro diário, registra os fatos contábeis em partidas dobradas na ordem rigorosamente cronológica do dia, mês e ano.”

Para IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 55), “é um livro no qual são registradas todas as operações contabilizáveis de uma entidade, em ordem cronológica e com observância de certas regras.”

2.3.2.2 LIVRO RAZÃO

O livro razão registra todos os fatos contábeis, só que dando ênfase às contas que compõem o patrimônio. É esse livro que permite conhecer a movimentação de débito e crédito de cada elemento que compõem o patrimônio da empresa.

Segundo MARION (1990; p. 222), “dado a sua eficiência, é indispensável em qualquer tipo de empresa, é o instrumento mais valioso para o desempenho da contabilidade. Consiste no agrupamento de valores em contas de mesma natureza e de forma racional; o registro é realizado em contas individualizadas.”

Para IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 55), “sob o aspecto administrativo contábil é o livro mais importante.” O livro razão pode ser escriturado por processo manuscrito, mecânico ou informatizado e não deve conter rasuras, entrelinhas ou qualquer indício que ponha em dúvida os registros. Após a escrituração deve ser encadernado, sendo dispensado de autenticação e registro na Junta Comercial ou no Cartório.

2.3.3 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis, que também podem ser chamados de demonstrações financeiras, são informações geradas pela contabilidade através de

relatórios e são consequência da escrituração contábil e devem estar respaldadas pela mesma.

Segundo MARION (1990; p. 51), “relatório contábil é a exposição resumida e ordenada de dados colhidos pela contabilidade. Objetiva relatar aos usuários da contabilidade os principais fatos registrados pela contabilidade em determinado período.”

IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 29), afirma que “os relatórios contábeis, são o resultado da escrituração, e que os mesmos tem por finalidade proporcionar à administração e aos demais interessados informações relevantes para as tomadas de decisões.”

A Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em seu artigo 176. Estabelece que, “ao fim de cada período social (12 meses), a diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil, as demonstrações financeiras (demonstrações contábeis) relacionadas a seguir:

- I Balanço Patrimonial;
- II Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- III Demonstração do Resultado do Exercício;
- IV Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.”

2.3.3.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Segundo Iudícibus et al. (1990; p. 15), “o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que tem por finalidade apresentar a situação patrimonial da empresa em dado momento, é formado pelos componentes do patrimônio, *Ativo – Passivo – Patrimônio Líquido*.”

* **Ativo** – “são todos os bens e direitos de propriedade da empresa, mensurável monetariamente, que representam benefícios presentes ou benefícios futuros para a empresa.” MARION (1990; p. 53)

* **Passivo** – “evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros. É uma obrigação exigível, isto é, no momento em que a dívida vencer, será exigida (reclamada) a liquidação da mesma.” MARION (1990, p. 54)

* **Patrimônio Líquido** – “evidencia recursos dos proprietários aplicados no empreendimento, os recursos significam o capital mais o seu rendimento (lucros e reservas).” MARION (1990; p. 55)

CAMPIGLIA (1997; p. 48), qualifica o Balanço Patrimonial “como o instrumento elaborado para evidenciar a situação financeira da entidade, em determinada data, com seus elementos expressos monetariamente.”

Segundo a Lei n. 6.404/76, em seu artigo 178, “no balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do Patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.”

BALANÇO PATRIMONIAL conforme. Lei n. 6.404/76

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE

- Disponibilidades.
- Direitos realizáveis no curso do exercício social seguinte.
- Aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

- Direitos realizáveis após o termino do exercício seguinte.
- Direitos derivados de adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

ATIVO PERMANENTE

Investimentos

- Participações permanentes em outras sociedades de direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante ou Ativo Realizável a Longo Prazo que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou empresa.

Ativo Imobilizado

- Direitos que tenham por objeto bens destinados á manutenção das atividades da companhia ou empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade comercial ou industrial.

Ativo Diferido

- Aplicação de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais um exercício social, inclusive juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE

- Obrigações da companhia, inclusive financiamentos para a aquisição de direitos do Ativo Permanente quando vencerem no exercício seguinte.

PASSIVO EXÍGIVEL A LONGO PRAZO

- Obrigações vencíveis em prazo maior do que o exercício seguinte.

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

- Receitas de exercícios futuros diminuídas dos custos e despesas correspondentes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

- Montante do capital subscrito e, por dedução, parcela não realizada.

Reservas de Capital

- Ágio na emissão de ações ou conversão de debêntures e partes beneficiárias.
- Produto da alienação de partes beneficiárias e bônus de subscrição.
- Prêmios recebidos na emissão de debêntures, doações e subvenções para investimentos.
- Correção Monetária do capital realizado, enquanto não capitalizada.

Reservas de Reavaliações

- Contrapartida do aumento de elementos do Ativo em virtude de novas avaliações, documentadas por laudo técnico.

Reservas de Lucros

- Contas constituídas a partir de lucros gerados pela companhia. (Reserva legal, estatutária, p/ contingência, de lucros a realizar, de lucro p/ expansão e especial p/ dividendo obrigatório não distribuído).

Lucros ou Prejuízos Acumulados

- Lucros gerados pela companhia, que ainda não receberam destinação específica.

* *Ativo Circulante* – “o ativo circulante também é conhecido como ativo corrente ou capital de giro. São contas que estão constantemente em giro, em movimento, sendo que a conversão em dinheiro será, no próximo exercício social.” MARION (1990; p. 80)

* **Ativo Realizável a Longo Prazo** – Segundo MARION (1990; p. 80), “são bens e direitos, que se transformarão em dinheiro, após o exercício social seguinte.” Para IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 158), “são as contas representativas dos bens e direitos realizáveis após o término do exercício social seguinte.”

* **Ativo Permanente** – “são os bens e direitos que não se destine a venda, e no caso dos bens tem vida útil longa.” MARION (1990; p. 80), o ativo permanente é composto pelos investimentos – imobilizado – diferido.

* **Investimentos** - Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 157), “são as contas representativas dos bens e direitos por participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no Ativo Circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da empresa.” Para MARION (1990; p. 80), “são as inversões financeiras de caráter permanente que geram rendimentos e não são necessários à manutenção da atividade fundamental da empresa.”

* **Imobilizado** – Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 158), “são as contas representativas dos direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da empresa, ou exercidos com essa finalidade.” Para MARION (1990; p. 80), “são itens de natureza permanente que serão utilizados para a manutenção da atividade básica da empresa.”

* **Diferido** – Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 158), “são as contas representativas das aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social.” Para MARION (1990; p. 80), “são aplicações que beneficiarão resultados de exercícios futuros.”

* **Passivo Circulante** – Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 158), “é composto pelas contas representativas das obrigações da empresa que vencem até o exercício social seguinte.” Para MARION (1990; p. 80), “são obrigações exigíveis que serão liquidadas até o próximo exercício social (salvo a empresa que o ciclo operacional ultrapasse um ano).

* **Passivo Exigível a Longo Prazo** – Segundo IUDÍCIBUS (1990; p. 158), “são as contas representativas das obrigações da empresa com vencimentos após o término do exercício social seguinte.” Para MARION (1990; p. 80), “são as obrigações exigíveis que serão liquidadas com prazo superior ao exercício social seguinte.”

* **Capital Próprio** – Segundo MARION (1990; p. 58), “o Patrimônio Líquido é também denominado de Capital Próprio, isto é, recursos dos próprios sócios ou acionistas (fonte interna de capital).”

* **Capital de Terceiros** – Segundo MARION (1990; p. 58), “é uma forma bastante conhecida de denominar o Passivo (ou obrigações exigíveis) é Capital de Terceiros, isto é, recursos de indivíduos ou entidades emprestados a empresa (fonte externa de capital).”

* **Origens de Recursos** – “o Passivo e o Patrimônio Líquido, significam Origem (fonte) de Capital (recursos materiais e financeiros), a Origem do Capital pode ser externa (Passivo ou Capital de Terceiro), ou interna (Patrimônio Líquido ou Capital Próprio).” MARION (1990; p. 59)

* **Aplicações de Recursos** – “o Ativo significa Aplicações de Recursos originado no Passivo e no Patrimônio Líquido.” MARION (1990; p. 59)

2.3.3.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 169), “é um relatório sucinto das operações realizadas pela empresa, durante determinado período de tempo, onde sobressai o valor do resultado líquido do período, lucro ou prejuízo.”

Para CAMPIGLIA (1997; p. 48), “a Demonstração do Resultado do Exercício, tem por finalidade evidenciar o resultado (*lucro ou prejuízo*) periódico da entidade e os fatores negativos (*custos e despesas*) e positivos (*receitas e rendimentos*) que entram na composição desse resultado, representados por saldos das contas a que se referem.”

ASSAF NETO (1989; p. 95), afirma que “a Demonstração do Resultado do Exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (*lucros ou prejuízos*), auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido.”

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO conforme Lei n. 6.404/76

Receita Bruta

Venda de Mercadorias/Produtos
Prestação de Serviços

(-) Deduções

Abatimentos
Devoluções
Impostos Incidentes s/ Receita

Receita Líquida

Custos Operacionais

Custos das Mercadorias/Produtos Vendidos
Custos dos Serviços Prestados

Lucro Bruto

Despesas Operacionais

Despesas c/ Vendas
Despesas Administrativas
Encargos Financeiros Líquidos (Despesas/Receita Financeira)
Outras Receitas/Despesas Operacionais

Lucro/Prejuízo Operacional

Resultados Não Operacionais

Receitas Não Operacionais
Despesas Não Operacionais

Resultado da Correção Monetária

Lucro Antes da Contribuição Social e Imposto de Renda

Contribuição Social
Imposto de Renda

Lucro Depois da Contribuição Social e Imposto de Renda

Participação nos Lucros

Participação de Debêntures
Participações de Empregados
Participação de Administradores
Participação de Partes Beneficiárias
Contribuição p/ Instituições, Fundo de Assistência/Prev. De Empregados

Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício

* *Receita* – Para MARION (1990; p. 84) “a receita corresponde, em geral, a vendas de mercadorias ou prestações de serviços, e sempre aumenta o ativo da empresa.” IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 70), entende que “receita é a entrada de elementos para o ativo, sob a forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais.”

* **Despesa** – “Despesa é todo o sacrifício (consumo de bens ou serviços), da empresa para a obtenção de receita.” MARION (1990; p. 85). Já para IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 70), “despesa é todo o consumo de bens ou serviços, que, direta ou indiretamente, deverá produzir uma receita, diminuindo o ativo ou aumentando o passivo. Uma despesa é realizada com a finalidade de se obter uma receita cujo valor seja superior à diminuição que provoca no Patrimônio Líquido.” MARTINS (1996; p. 24) considera despesa “o consumo direta ou indiretamente de bem ou serviço, para a obtenção de receitas.”

* **Custo** – “Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços.” MARTINS (1996; p. 24)

* **Lucro** – Para MARION (1990; p. 55), o lucro “é resultante da atividade operacional da entidade.” IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 70), considera que o lucro “acontece quando as receitas obtidas superarem as despesas incorridas, aumentando dessa maneira o Patrimônio Líquido.”

* **Prejuízo** – Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 71), “o prejuízo acontece quando as despesas forem maiores que as receitas, ocasionando uma diminuição do Patrimônio Líquido.”

2.3.3.3 DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS

Segundo IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 172), “é o relatório contábil que demonstra as causas e efeitos, dos registros e do saldo, da conta lucro ou prejuízo acumulado.”

Para ASSAF NETO (1989; p. 112), “A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, retrata as movimentações ocorridas na conta de lucros ou prejuízos acumulados do Patrimônio Líquido, fornecendo explicações sobre o seu comportamento ao longo do exercício social.”. Nota-se que essa demonstração contábil é destinada a evidenciar, num determinado período, as mutações nos resultados acumulados da Entidade.

2.3.3.4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Iudícibus et al. (1990; p. 172), relata que esta demonstração contábil é facultativa e, quando apresentada, substitui a obrigatoriedade da Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados. “É um relatório contábil constituído somente pelas contas que fazem parte do grupo do patrimônio líquido, que demonstra basicamente os acréscimos (recursos obtidos) e os decréscimos (recursos aplicados) ao patrimônio líquido.”

Segundo Assaf Neto (1989; p. 113), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, é um demonstrativo mais abrangente do que as demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, “pois abrange todas as contas do Patrimônio Líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as variações (acrécimos e diminuições) verificados no exercício.”

Nota-se que essa demonstração contábil evidencia, num determinado período, a movimentação das contas que integram o patrimônio da entidade.

2.3.3.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Para IUDÍCIBUS et al. (1990; p. 173), é a demonstração contábil que “demonstra especificamente as mutações ocorridas com as contas patrimoniais não circulantes e os seus efeitos no capital de giro da empresa.”

Segundo ASSAF NETO (1989; p. 113), “a Demonstração das origens e aplicações de recursos visa a melhor identificar os fluxos dos recursos dentro da empresa, seja da forma como foram gerados (recursos próprios ou captados de terceiros), ou como foram aplicados.”

* **Origens** – Para ASSAF NETO (1989; p. 120), “a origem é uma fonte ou liberação de recursos que em contra partida há uma diminuição de uma conta do ativo ou um aumento de uma conta do passivo.”

* **Aplicações** – “Um emprego ou uso do dinheiro que em contra partida há um aumento de uma conta do ativo ou a diminuição de uma conta do passivo, é considerado aplicação.” ASSAF NETO (1989; p. 120)

2.3.3.6 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Apesar da demonstração do fluxo de caixa não ser obrigatório por lei, ela é de fundamental importância para fins gerenciais de uma empresa. Segundo MARION (1990; p. 403), “a Demonstração do Fluxo de Caixa indica a origem de todo o dinheiro que entrou no caixa, bem como a aplicação de todo o dinheiro que saiu do caixa em determinado período, e, ainda, o resultado do fluxo financeiro.”

Para CAMPIGLIA (1997; p. 59), “a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa é indispensável no exercício do controle interno da empresa, pois este relatório é de natureza tipicamente financeira, abrangendo a movimentação por períodos das entradas e saídas de caixa.”

CAPÍTULO III

3.1 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NAS PEQUENAS EMPRESAS

Uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade e sem as mínimas condições de sobrevivência ou de planejar seu crescimento. Impossibilitada de elaborar demonstrativos contábeis por falta de registro na escrituração, por certo encontrará dificuldades em obter crédito junto às instituições financeiras. A escrituração contábil é útil sob vários aspectos, como demonstrado a seguir:

Quanto ao Aspecto Legal

Concordata – Se a empresa enfrenta dificuldades financeiras tem o direito de pedir concordata, porém, um dos principais requisitos para a obtenção desse benefício é que apresente, em juízo, as Demonstrações Contábeis, Relação dos Credores e o Livro Diário escriturado até a data do requerimento, bem como um Balanço Especial elaborado para esse fim.

Falência – Para que a falência não seja considerada fraudulenta, a empresa deve cumprir o mesmo ritual relativo à concordata.

Perícias Judiciais – Principalmente em relação a questões trabalhistas, a empresa que não possui contabilidade fica em situação vulnerável, diante da necessidade de comprovar, formalmente, o cumprimento de obrigações trabalhistas, pois o ônus da prova é da empresa que faz mediante a constatação do registro no Livro Diário.

Cisão Societária – As divergências que por ventura surjam entre os sócios de uma empresa poderão ser objeto de perícia para apuração de direitos ou responsabilidades. A ausência da escrituração contábil inviabilizará a realização desse procedimento técnico esclarecedor.

Quanto ao Aspecto Gerencial

O pequeno empresário necessita de informações para a tomada de decisões, a contabilidade oferece dados formais, científicos e universais, que permitem atender essa necessidade.

Com o fenômeno da globalização da economia, a informação contábil, além de ser utilizada dentro do território nacional, poderá ser utilizada, também, em outros países.

A decisão de investir, de reduzir custos, de modificar uma linha de produtos, ou de praticar outros atos gerenciais deve se basear em dados técnicos extraídos dos registros contábeis, sob pena de se pôr em risco o patrimônio da empresa.

O registro contábil é importante para, entre outros aspectos, analisar-se as causas que levam um grande número de pequenas empresas a fecharem suas portas prematuramente.

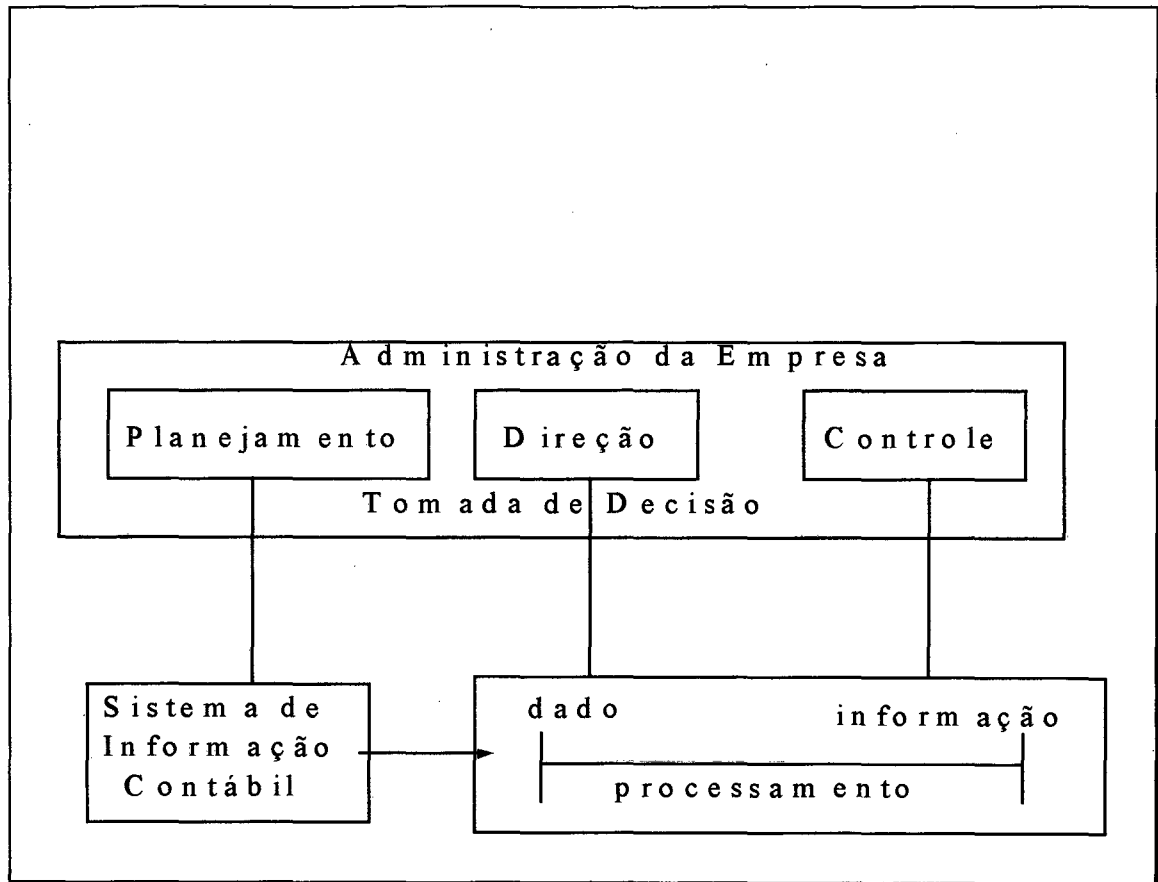
Percebe-se então que a contabilidade, através de uma escrituração contábil completa é incontestavelmente necessária à empresa de qualquer porte, como principal instrumento de defesa, controle e gestão do seu patrimônio.

3.2 A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A PEQUENA EMPRESA

A utilização da contabilidade como sistema de informação em uma empresa de pequeno porte é essencial ao planejamento e controle da empresa, ou seja, serve de suporte no processo decisório e na gestão administrativa.

A seguir mostramos a contabilidade funcionando como um sistema de informações na estrutura administrativa de uma pequena empresa, fornecendo informações necessárias e importantes aos administradores, contribuindo sobremaneira no processo decisório.

Figura 5: A contabilidade como sistema de informação.



Fonte: Adaptado de BIO (1993; p. 46).

A essência do planejamento e controle é a tomada de decisão. A tomada de decisão depende de informações oportunas de conteúdo adequado e confiável, nada melhor para fornecer estas informações do que a contabilidade.

Planejamento - O planejamento compreende a seleção dos objetivos da organização, e a determinação dos meios para atingi-los, ou seja, planejar é decidir que curso de ação deverá ser tomado para o futuro. Para isso o planejamento necessita de informações *externas e internas*.

informações externas

- questões políticas, leis e aspectos governamentais, ex. planos de governo, etc.;
- informações de mercado, ex. níveis de preço, etc.

informações internas

As informações internas que refletem as premissas básicas para o planejamento, podem ser fornecidas pela contabilidade como:

- custos por produtos;
- rentabilidade por produtos;
- informações históricas sobre a evolução das vendas, etc.

Controle – o controle é o acompanhamento das atividades da entidade, através dele o administrador observa se o comportamento da entidade está de acordo com os planos traçados. A contabilidade pode gerar informações úteis e necessárias para o controle da empresa, pois coleta e processa dados monetários sobre todas as transações como vendas, compras, pagamentos, recebimentos, despesas, etc., como a contabilidade registra os fatos contábeis efetivamente ocorridos, pode relatar resultados reais para o efetivo controle da empresa.

3.3 O AUXÍLIO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NO PROCESSO DECISÓRIO

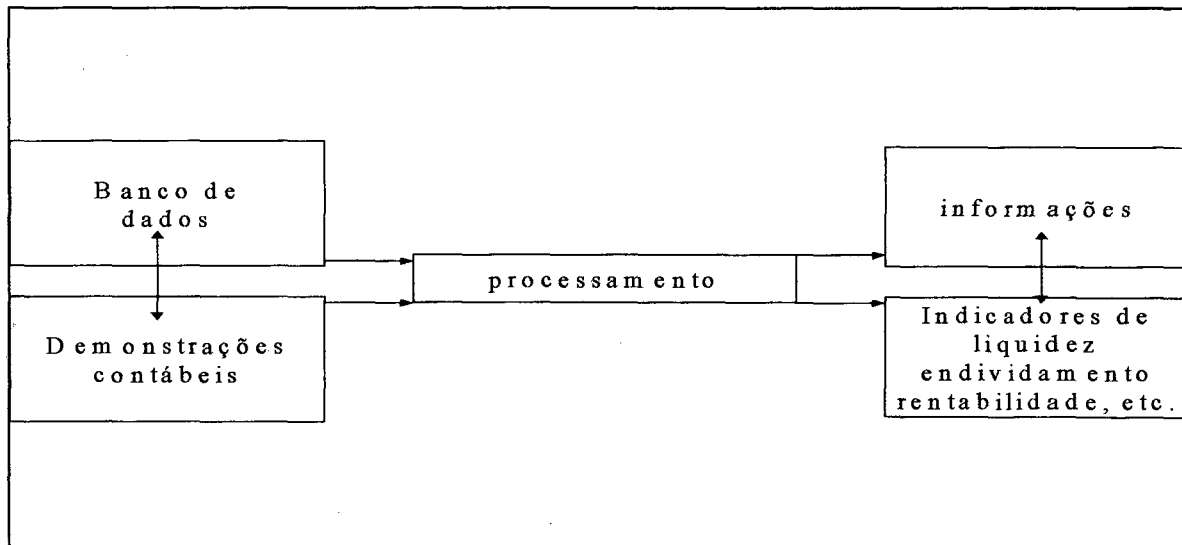
A contabilidade conhecida como a ciência da informação, tem como função administrativa prestar informações sobre o patrimônio e o resultado das entidades aos diversos usuários da informação contábil, principalmente aos administradores, que de posse destas informações a utilizam no processo decisório e gestão administrativa.

Uma das principais fontes das informações contábeis é o DIÁRIO, pois através da escrituração, registra todos os fatos contábeis em ordem cronológica de dia, mês e ano, é sem dúvida, juntamente com o RAZÃO no grande banco de dados da contabilidade. O RAZÃO é indispensável para a contabilidade, pois de forma racional agrupa os valores em contas de mesma natureza, o registro é realizado em contas individualizadas.

As informações fornecidas pelos relatórios contábeis, que são consequência da escrituração contábil, fornecem aos administradores informações que espelham o presente e projetam o futuro econômico, financeiro e patrimonial das entidades. As informações fornecidas pelas demonstrações contábeis auxiliam sobremaneira o administrador da pequena empresa, pois através destas informações ele compara os resultados obtidos (*controle*), com os resultados expressos em termos de metas (*planejamento*).

As demonstrações contábeis dentro do sistema de informações, servem também como banco de dados, pois propiciam informações mais específicas como os indicadores econômicos e financeiros, auxiliando os administradores das pequenas empresas na gestão administrativa.

Figura 6: As demonstrações contábeis como banco de dados para informações contábeis.



Fonte: Adaptado de GIL (1995; p. 17).

3.3.1 INDICADORES DE LIQUIDEZ

Os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente as obrigações passivas. Segundo COELHO NETO (1998; p. 77), “os indicadores de liquidez, indicam a capacidade financeira da empresa para fazer face aos compromissos assumidos com terceiros.”

Índice de Liquidez Corrente (I.L.C) – este índice refere-se a relação existente entre o ativo circulante e o passivo circulante. Segundo ASSAF NETO (1989; p. 236), “indica o quanto existe de ativo circulante para cada REAL de dívida a curto prazo (passivo circulante).”

$$I.L.C = \frac{\text{A t i v o C i r c u l a n t e}}{\text{P a s s i v o C i r c u l a n t e}}$$

Quando o Índice de Liquidez Corrente for superior a 1, tal fato indica a existência de um capital circulante líquido positivo, se for inferior a 1, indica a existência de um capital de giro líquido negativo (ativo circulante menor que passivo circulante). O Índice de liquidez Corrente é o mais conhecido e utilizado dentre todos os índices financeiros. Para COELHO NETO (1998; p. 77), “é o índice freqüentemente considerado como melhor indicador da situação líquida da empresa.”

Índice de Liquidez Seca (I.L.S) – este índice apresenta uma situação mais adequada para a situação de liquidez da empresa, uma vez que deste índice, são eliminados os estoques, que são sempre fontes de incerteza. Para ASSAF NETO (1989; p. 236), “este índice identifica a porcentagem das dívidas a curto prazo em condições de serem pagas mediante a utilização de itens monetários de maior liquidez do ativo circulante.”

$$I.L.S = \frac{\text{A t i v o C i r c u l a n t e} - \text{E s t o q u e s} - \text{D e s p e s a s d o E x e r c. S e g u i n t e}}{\text{P a s s i v o C i r c u l a n t e}}$$

O Índice de Liquidez Seca apresenta uma posição bem realista e conservadora da liquidez da empresa num determinado momento.

Índice de Liquidez Geral (I.L.G) – este índice serve para detectar a saúde financeira, no que se refere a liquidez, a longo prazo da empresa. Para COELHO NETO (1998; p. 77), “o

Índice de Liquidez Geral reflete a situação financeira de forma global, servindo para detectar a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo.”

$$I.L.G. = \frac{\text{A t i v o C i r c u l a n t e} + \text{A t i v o R e a l i z á v e l a L o n g o P r a z o}}{\text{P a s s i v o C i r c u l a n t e} + \text{P a s s i v o E x i g í v e l a L o n g o P r a z o}}$$

Segundo ASSAF NETO (1989; p. 236), “o Índice de Liquidez Geral identifica a liquidez da empresa, tanto a curto, como a longo prazo, mostrando que de cada \$ REAL a pagar, o quanto existe no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo.” Nota-se que este índice serve para dar segurança aos administradores no que se refere ao crescimento da empresa. No entanto, essa informação tem que ser analisada com cautela, pois muitos fatos futuros poderão afetar essa relação.

3.3.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Os índices de endividamento são utilizados, basicamente, para demonstrar a composição das fontes passivas de recursos de uma empresa e a sua participação relativa em relação ao capital próprio. Fornecem informações sobre o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores, e a sua capacidade em cumprir os compromissos financeiros assumidos a longo prazo.

Para COELHO NETO (1998; p. 78), “Os índices de endividamento retratam a posição relativa do capital próprio da empresa em contraposição ao capital de terceiros, revestindo-se de maior importância por indicar o seu grau de dependência perante os recursos capitados em bancos, fornecedores e outros credores.

Quociente de Participação de Capitais de Terceiros sobre os Recursos Totais – este índice é de grande relevância para a Pequena Empresa, pois relaciona o Exigível Total

(Capital de Terceiros), com os Fundos Totais Providos (Capitais Próprios e Capitais de Terceiros).

$$\frac{\text{Relação Capital de Terceiros / Passivo Total}}{\text{Exigível Total}} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido + Exigível Total}}$$

O Quociente expressa a porcentagem que o endividamento representa sobre os fundos totais, também representa qual a porcentagem do ativo total financiada com recursos de terceiros.

Quociente de Participação de Capitais de Terceiros sobre Capitais Próprios – segundo COELHO NETO (1998; p. 78), “este quociente é um dos mais utilizados para medir o comportamento da empresa em relação ao capital de terceiros.”

$$\frac{\text{Relação Capital de Terceiros / Capitais Próprios}}{\text{Exigível Total}} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Este quociente trás a informação de dependência da empresa aos recursos de terceiros. Para COELHO NETO (1998; p. 78), “grande parte das empresas que vão a falência apresentam, durante um período relativamente longo, altos quocientes de Capitais de Terceiros sobre Capitais Próprios.”

Quociente de Participação das Dívidas de Curto Prazo sobre Endividamento Total – este quociente representa qual a parcela que vence a curto prazo do Endividamento Total da empresa.

Relação Dívidas Curto Prazo / Endividamento Total	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Exigível Total}}$
--	---

Este quociente trás informações que auxiliam o administrador da pequena empresa no planejamento financeiro a curto prazo.

3.3.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Esses indicadores servem basicamente, para medir a lucratividade obtida em determinado período pela empresa. Segundo ASSAF NETO (1989; p. 288), “os índices de rentabilidade objetivam a interpretação e análise dos resultados auferidos pela empresa.”

Rentabilidade do Patrimônio Líquido – este indicador também é conhecido como índice de retorno sobre o capital próprio. Para ASSAF NETO (1989; p. 290), “este índice identifica o retorno dos recursos próprios investidos na empresa.”

Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro/Prejuízo Acumulado}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
-------------------------------------	---

Segundo COELHO NETO (1998; p. 79), “este índice é de larga utilização e, provavelmente, o mais importante quociente individual de toda as Demonstrações Contábeis, representando, efetivamente, a lucratividade obtida.” Este indicador pode servir para medir a eficiência gerencial dos administradores da pequena empresa na utilização dos recursos próprios e de terceiros.

Rentabilidade do Ativo Total – este indicador também é conhecido como o índice de retorno sobre o investimento total. Para ASSAF NETO (1989; p. 291), “este índice identifica o retorno verificado no total do investimento efetuado pela empresa.

$$\text{Rentabilidade do Ativo Total} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$$

Nota-se que este índice demonstra a capacidade que os ativos apresentam de gerar lucros, ou seja, visualiza o lucro em relação ao total do ativo da empresa.

Rentabilidade das Vendas – este índice também é conhecido como margem de lucro sobre as vendas. Segundo ASSAF NETO (1989; p. 289), “este índice identifica a eficiência global da empresa.

$$\text{Rentabilidade das Vendas} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Receita de Vendas}}$$

Nota-se que este indicador é importante para os administradores da pequena empresa, pois identifica a eficiência operacional da empresa, indicando o percentual de lucro obtido sobre o volume das receitas com vendas da empresa.

CONCLUSÃO

Esta monografia foi elaborada com o intuito de relevar a importância da contabilidade como suporte na administração das pequenas empresas. Neste sentido o objetivo geral deste trabalho consistiu em expor a utilização das informações contábeis por essas empresas.

Primeiramente, foram apresentadas as considerações introdutórias que justificaram a presente pesquisa. Em seguida desenvolveu-se a problemática, bem como os objetivos a serem alcançados ao longo do trabalho. Na sequência apresentou-se a metodologia adotada no trabalho.

Após, evidenciou-se o referencial teórico, importante para o entendimento e desenvolvimento do estudo, abordando a pequena empresa, os sistemas de informação e as informações contábeis.

A contabilidade é uma só, independentemente da empresa, e não poderia ser de outra forma. Entretanto, as técnicas de que se utiliza a contabilidade para atingir seus objetivos é que variam, obedecendo as regras que asseguram a uniformidade do tratamento e a padronização das informações contábeis.

Neste contexto, procurou-se adaptar um sistema simplificado de informações contábeis, para o auxílio dos administradores de pequenas empresas, no processo decisório e na gestão administrativa. Nota-se, o quanto a contabilidade é importante, independentemente do porte da empresa, tanto no aspecto legal, como concordata e falência, além de outros, como no aspecto gerencial, como planejamento e controle da empresa.

A utilização dos indicadores econômicos e financeiros como informações de um sistema de informação contábil, dentro de uma empresa de pequeno porte, é de fundamental importância aos administradores, pois possibilitam aos mesmos entrar em contato com informações que auxiliam o planejamento e controle dentro da empresa, tornando mais eficaz o processo decisório e a gestão administrativa.

Percebe-se que muitas são as informações fornecidas pela contabilidade e para futuras pesquisas sugere-se a utilização de outras informações contábeis que auxiliem os administradores no processo decisório, também sugere-se um estudo de caso, o qual pode fornecer resultados mais específicos.

BIBLIOGRAFIA

- ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico – financeiro. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- BIO, Sérgio Rodrigues. Sistema de Informação: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1993.
- BRASIL, Lei 6.404, de 15/12/76. Lei das S.A, São Paulo: Atlas, 1994.
- BRASIL, Lei 9.317, de 06/12/96. Novo tratamento tributário às micro e pequenas empresas. São Paulo: Guia IOB de contabilidade, dezembro de 1996.
- BRASIL, CFC – Resolução 785, de 28/07/95. NBC T 1 – Das Características da Informação Contábil. Publicada no DOU de 01/08/95.
- CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. Introdução à hermenêutica das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 1997.
- CÂNDIDO, Marcondes da Silva. Dissertação de Mestrado. Gestão da qualidade em pequenas empresas: uma contribuição aos modelos de implantação. UFSC. Programa de pós graduação em engenharia de produção, 1998.
- CAUTELA, Alciney Lourenço e POLLONI, Enrico Giulio Franco. Sistemas de Informação na Administração de Empresas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- COELHO NETO, Pedro. Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas. 3 ed. Brasília: CFC; Ed. SEBRAE, 1998.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- GIL, Antônio de Loureiro. Sistemas de Informações: Contábil, Financeiros. São Paulo: Atlas, 1995.
- INÁCIO FILHO, Geraldo. A monografia nos cursos de graduação. 2 ed. Uberlândia: EDUFU, 1994.
- JURAN, J.M e GRZYNA, F.M. Controle da qualidade handbook. Conceitos, políticas e filosofias da qualidade. São Paulo: Makron Books Mc Graw-Hill, 1991.
- LANDMANN, Raul. O impacto do TQM em empresas de pequeno porte. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. Programa de Mestrado em Administração, 1998.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil. São Paulo: Atlas, 1996.

RAMOS, Flávio e FONSECA, José Leite de Assis. A grande dimensão da pequena empresa: perspectivas de ação. Brasília: Ed. SEBRAE, 1995.

SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. 8 ed. Porto Alegre: Sulina, 1980.